

MENSAGEM Nº 47/2021

Maceió, 25 de agosto de 2021.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 457/2021 que " Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos no âmbito do Estado de Alagoas, as pessoas convocadas e nomeadas para servirem à Justiça Eleitoral por ocasião dos pleitos eleitorais, e dá outras providências", pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 457/2021, a sua sanção não se apresenta possível, uma vez que se reveste de inconstitucionalidade formal.

O inciso VI do art. 107, da Constituição do Estado de Alagoas (em disposição análoga àquela constante na alínea a do inciso VI do art. 84, da Constituição Federal), disciplina que são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual.

O presente prospecto, ao dispor sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos no âmbito do Estado de Alagoas, às pessoas convocadas e nomeadas para servirem à Justica Eleitoral, adentra exclusivamente na iniciativa do Chefe do Poder Executivo, no exercício de sua competência administrativa, violando o preceito contido no dispositivo supramencionado.

Ademais, vislumbra-se violação ao Princípio da Separação de Poderes, insculpido no 2º da Carta Magna, tendo em vista que o projeto deve ser elaborado por órgãos do Poder Executivo.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 457/2021, por inconstitucionalidade formal, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

CALHEIROS FILHO

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

NESTA